

## ANEXO I

**REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO CONSULTIVO DO CENTRO NACIONAL DE APOIO AO MANEJO FLORESTAL**  
**CAPÍTULO I**  
**DAS FINALIDADES**

Art.1º O Conselho Consultivo do Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal - CENAFLOR tem por finalidade:

orientar as atividades desenvolvidas pelo CENAFLOR, conforme disposições do presente Regimento;

propor recomendações ao planejamento e avaliar as ações do CENAFLOR;

compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com o CENAFLOR;

propor medidas de articulação entre programas, projetos e atividades de implementação dos objetivos do CENAFLOR, bem como promover a integração de políticas setoriais;

contribuir para a divulgação das ações desenvolvidas pelo CENAFLOR;

garantir os princípios da participação e transparência, e promover o controle social para as ações do CENAFLOR.

**CAPÍTULO II****DA COMPOSIÇÃO**

Art.2º O Conselho Consultivo será composto por

uma (01) Secretaria Executiva;

cinco Conselheiros.

Parágrafo único. A Secretaria Executiva será exercida pelo Chefe do CENAFLOR.

Art. 3º O Conselho Consultivo será composto por representantes dos seguintes órgãos e segmentos:

Diretoria de Florestas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

Programa Nacional de Florestas, da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, do Ministério do Meio Ambiente;

entidade representativa de ensino e pesquisa da área florestal;

entidade representativa do setor privado com atuação na área florestal;

organização não governamental com atuação na área florestal, indicado pelo Fórum Brasileiro de Organizações Não Governamentais;

entidade representativa dos trabalhadores do setor florestal, indicado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Madeira e Construção - CONTICOM.

§ 1º O Conselho Consultivo será presidido pelo Diretor de Florestas do IBAMA, que será substituído, em seus afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares, pela Secretaria Executiva.

§ 2º Os conselheiros, titulares e suplentes, dos órgãos e entidades serão indicados pelos dirigentes máximos de suas organizações e designados por ato do Presidente do IBAMA.

§ 3º Os membros do Conselho Consultivo terão mandato de dois anos, prorrogável por igual período.

§ 4º O apoio técnico-administrativo e o custeio dos demais atos necessários ao fiel cumprimento das atividades do Conselho Consultivo serão prestados pelos CENAFLOR, por intermédio do IBAMA.

§ 5º A participação no Conselho Consultivo não enseja qualquer tipo de remuneração.

**SEÇÃO I****DA COMPETÊNCIA GERAL**

Art.4º Compete ao Conselho Consultivo:

opinar sobre as questões apresentadas pela Secretaria Executiva, oferecendo soluções com amparo técnico e científico;

opinar sobre os planos estratégicos elaborados e conduzidos pelo CENAFLOR, recomendar os ajustes necessários e opinar sobre os relatórios anuais de atividades do Centro;

avaliar o orçamento do CENAFLOR e o relatório financeiro anual;

consultar, convidar técnicos especializados e criar grupos de trabalho para assessorar o Conselho;

convocar reuniões extraordinárias do Conselho Consultivo; recomendar a alteração, quando necessária, do o Regimento Interno ao Presidente do IBAMA;

referendar ou não a criação de Grupos de Trabalho; propor ações relevantes a consecução das finalidades do CENAFLOR.

Art.5º Compete à Presidência do Conselho Consultivo:

convocar, presidir e coordenar reuniões ordinárias e extraordinárias;

representar o Conselho Consultivo perante a sociedade civil e órgãos do Poder Público;

delegar competências ao Chefe do CENAFLOR, quando necessário;

cumprir e fazer cumprir as normas deste regimento;

criar Grupos de Trabalho no atendimento de suas finalidades;

homologar decisões e encaminhamentos oficiais.

Art.6º Compete a Secretaria Executiva:

organizar, preparar conteúdos, métodos e facilitar as reuniões do Conselho Consultivo por solicitação do Presidente;

fazer os relatórios das reuniões e encaminhar para os conselheiros;

preparar e apresentar relatórios e estudos relativos aos temas discutidos pelo Conselho Consultivo;

acompanhar as reuniões Ordinárias e Extraordinárias do Conselho Consultivo;

apoiar as ações do Conselho, de sua Presidência e dos Grupos de Trabalhos no atendimento de suas finalidades.

**SECAO II****DOS GRUPOS DE TRABALHOS**

Art. 7º O Conselho Consultivo poderá criar, mediante prévio entendimento sobre a viabilidade operacional e financeira, com o CENAFLOR, Grupos e subgrupos de Trabalho, por tema específico, para analisar, estudar, apresentar propostas e dar pareceres em assuntos, projetos ou matérias submetidas à sua apreciação.

§ 1º Os Grupos de Trabalho estabelecerão, na sua primeira reunião, produtos, cronograma e a data de encerramento dos seus trabalhos, com o prazo máximo de seis meses, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa de seu coordenador;

§ 2º Os Grupos de Trabalho serão integrados por entidades ou especialistas, conselheiros ou não, designados pelo Presidente, ad referendum do Conselho Consultivo;

§ 3º O Grupo de Trabalho deve eleger, entre seus integrantes, um coordenador e um relator;

§ 4º O relator será o responsável pelo registro e encaminhamento à Secretaria Executiva dos resumos das reuniões com as propostas discutidas e as apresentações técnicas ocorridas.

**SEÇÃO III****DAS REUNIÕES**

Art. 8º As reuniões ordinárias serão convocadas pelo Presidente do Conselho Consultivo formalmente, encaminhada no prazo mínimo de dez dias da data de sua realização, informando o local, a data, o horário e a pauta para discussão.

§ 1º As Reuniões Ordinárias terão periodicidade semestral.

§ 2º As reuniões só ocorrerão com a presença de metade mais um dos membros do Conselho Consultivo.

§ 3º Quando presentes na reunião os representantes titular e suplente, os últimos poderão fazer uso da palavra por meio de solicitação dos titulares.

§ 4º É permitida a presença de observadores mediante a inscrição prévia e limitada às condições de espaço físico, os quais poderão fazer uso da palavra desde que solicitado por um membro do Conselho.

§ 5º A pauta das reuniões será elaborada a partir das sugestões dos membros do Conselho Consultivo e será encaminhada a Secretaria Executiva, com antecedência mínima de 25 dias das reuniões ordinárias.

§ 6º A pauta poderá ser modificada no momento da reunião, por sugestão dos membros, desde que aprovada em plenário pela maioria simples dos votos.

§ 7º A inclusão de matéria de caráter urgente e relevante, não constante da pauta agendada, dependerá de aprovação da maioria simples dos votos.

§ 8º O Presidente, por solicitação justificada por qualquer conselheiro, poderá determinar a inversão da ordem de discussão e votação das matérias agendadas em pauta, bem como adiar, por deliberação do Conselho, discussão e votação de qualquer matéria submetida ao Conselho.

§ 9º Será lavrada ata em cada reunião ordinária e extraordinária do Conselho Consultiva, que após sua leitura e aprovação, será assinada pelo Presidente e disponibilizada a todos os membros do Conselho.

Art. 9º As reuniões extraordinárias serão solicitadas por maioria simples dos conselheiros, ou pelo seu Presidente.

**SEÇÃO IV****DA PERDA DO MANDATO E DA VACÂNCIA**

Art. 10 Ocorrerá à perda do mandato quando o representante do órgão membro do Conselho Consultivo deixar de comparecer a duas reuniões consecutivas ou três intercaladas, em um período de dois anos, sem justificativa aceita pelo Conselho Consultivo.

Parágrafo único. A perda do mandato do representante do órgão membro do Conselho Consultivo dar-se-á a partir de resolução do próprio Conselho

Art. 11 Ocorrerá a vacância do mandato do representante da Entidade do Conselho Consultivo nos seguintes casos:

renúncia voluntária comunicada por escrito ao Presidente do Conselho Consultivo;

perda do mandato;

III.falecimento.

Parágrafo único. Em caso de vacância, o Presidente do Conselho Consultivo tomará as providências junto à Entidade ou Órgão representado para que ocorra a substituição do membro.

**CAPÍTULO III****DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 12 Os casos omissos deste Regimento Interno serão dirimidos pelo Conselho Consultivo.

Art. 13 Alteração no Regimento Interno deve ser aprovado por maioria absoluta dos conselheiros.

Art. 14 A entidade ou órgão membro do Conselho Consultivo poderá substituir seu representante, mediante solicitação por escrito ao Presidente do Conselho Consultivo.

**PORTARIA Nº 40, DE 20 DE JUNHO DE 2005**

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições previstas no art. 24, Anexo I, da Estrutura Regimental aprovado pelo Decreto nº4.756, de 20 de junho de 2003, e art. 95, item VI do Regimento Interno aprovado pela Portaria GM/MMA nº 230, de 14 de maio de 2002;

Considerando o disposto no art. 21 da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da natureza, bem como os arts. 17 a 20 do Decreto 4.340 de 22 de agosto de 2002, que a regulamentou; e,

Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Ecossistema - DIREC no Processo Ibama nº 02027.019860/02-14, resolve:

Art. 1º Criar a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, de interesse público e em caráter de perpetuidade, em uma área de 40,9525 ha (quarenta hectares, noventa e cinco ares e vinte e cinco centiares), denominada "CAVA II", localizada no Município de Colina, Estado de São Paulo, de propriedade de Rodrigo Toledo Junqueira Franco e Helena Fausta Junqueira Franco, constituindo-se parte integrante da Fazenda Cava II, registrada sob o registro nº. 1 da matrícula número 42.623, ficha nº 01, de 26 de abril de 2.001, no registro de imóveis da comarca de Barretos - SP.

Art. 2º A Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN CAVA II tem os limites descritos a partir do levantamento topográfico realizado pelo Técnico Edson Ferreira Arantes, CREA nº 0640791736/SP.

Área da RPPN: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice AJ9-M-0479, de coordenadas N-7699203,462m e E-744722,975m; deste, segue confrontando com Rodrigo Toledo Junqueira Franco, com os seguintes azimutes e distâncias: 315º20'39,25869" e 172,075m até o vértice AJ9-M-0483, de coordenadas N 7699325,866m e E 744602,033m; 312º21'40,15146" e 50,431 m até o vértice AJ9-M-0484, de coordenadas N 7699359,847 m e E 744564,769 m; 316º 31'11,17441" e 86,971 m até o vértice AJ9-M-0485, de coordenadas N 7699422,954m e E 744504,924 m; 331º18'03,13918" e 77,039 m até o vértice AJ9-M-0486, de coordenadas N 7699490,529 m e E 744467,929 m; 340º14'02,36933" e 82,443 m até o vértice AJ9-M-0487, de coordenadas N 7699568,114 m e E 744440,049 m; 340º33'05,45470" e 86,122 m até o vértice AJ9-M-0488, de coordenadas N 7699649,322 m e E 744411,374 m; 5º38'54,03020" e 26,897 m até o vértice AJ9-M-0489, de coordenadas N 7699676,088 m e E 744414,021 m; 54º02'56,26966" e 278,888 m até o vértice AJ9-M-0490, de coordenadas N 7699839,822 m e E 744639,786 m; 88º54'54,90646" e 103,109 m até o vértice AJ9-M-0491, de coordenadas N 7699841,774 m e E 744742,877 m; 33º34'19,09778" e 114,651 m até o vértice AJ9-M-0492, de coordenadas N 7699937,300 m e E 744806,277 m; 10º23'12,01352" e 97,821 m até o vértice AJ9-M-0493, de coordenadas N 7700033,518 m e E 744823,913 m; 352º04'32,73234" e 95,925 m até o vértice AJ9-M-0494, de coordenadas N 7700128,527 m e E 744810,688 m; 271º05'26,80768" e 121,665 m até o vértice AJ9-M-0476, de coordenadas N 7700130,843 m e E 744689,046 m; deste, segue confrontando com Antonio Campanelli e Outros, com os seguintes azimutes e distâncias: 82º14'00,39837" e 657,413 m até o vértice AJ9-M-0477, de coordenadas N 7700219,684 m e E 745340,428 m; deste, segue confrontando com Maria Ângela Junqueira Sampaio e Outros, com os seguintes azimutes e distâncias: 91º55'48,15109" e 36,759 m até o vértice AJ9-M-0478, de coordenadas N 7700218,446 m e E 745377,167 m; 212º48'11,37181" e 1207,542 m até o vértice AJ9-M-0479, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciada ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir das coordenadas dos seguintes marcos; ITESP 91879 Aeroporto de Barretos-SP N 7722182,350 m e E 750484,729 m e IBGE 91031 VT-Chuá N 803792,789 m e E 7812295,462 m; e encontram-se representadas do Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central nº 51º00'00,0000" WGr, tendo como datum o SAD-69 (Brasil). Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 3º A RPPN será administrada pelos proprietários do imóvel, ou representante legal, que será responsável pelo cumprimento das exigências contidas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto nº 1.922, de 05 de junho de 1996, em especial no seu art. 8º.

Art. 4º As condutas e atividades lesivas à área reconhecida como RPPN criada, sujeitarão os infratores às sanções cabíveis previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

**PORTARIA Nº 41, DE 20 DE JUNHO DE 2005**

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições previstas no art. 24, Anexo I, da Estrutura Regimental aprovado pelo Decreto nº4.756, de 20 de junho de 2003, e art. 95, item VI do Regimento Interno aprovado pela Portaria GM/MMA nº 230, de 14 de maio de 2002;

Considerando o disposto no art. 21 da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da natureza, bem como os arts. 17 a 20 do Decreto 4.340 de 22 de agosto de 2002, que a regulamentou; e,

Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Ecossistema - DIREC no Processo Ibama nº 02010.006427/02-06, resolve:

Art. 1º Criar a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, de interesse público e em caráter de perpetuidade, em uma área de 1,4265 ha (um hectare, quarenta e dois ares e sessenta e cinco centiares), denominada "Varanda da Serra", localizada no Município de Colinas do Sul, Estado de Goiás, de propriedade de José Luiz de Lima Ramalho, constituindo-se parte integrante do imóvel denominado Fazenda Varanda da Serra, registrada sob o registro nº.1 da matrícula número 6.478, livro nº 081, fl. 173/174, de 20 de setembro de 2.001 no registro de imóveis da comarca de Cavalcante - GO.